



Recebido em 12/10/2020

Aceito em 29/06/2020

DOI: 10.26512/emtempos.v1i37.34196

ARTIGO

A trajetória do Partido Trabalhista Brasileiro na Bahia: primeiras leituras

The trajectory of the Brazilian Labor Party
in Bahia: first readings

Hebert Santos Oliveira

Mestre em História Social pela UFBA

orcid.org/0000-0002-3003-9112

oliveirahebert1@gmail.com

RESUMO: O presente artigo busca analisar a trajetória do trabalhismo e do Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB como um marco importante na condução de uma política de estado, aproximada das perspectivas das leis trabalhistas e na forma de organizar a classe trabalhadora. Esse trabalho também tem como mote discutir a presença da ideologia e do partido trabalhista no estado da Bahia, apontando a importância do partido no contexto da experiência democrática (1945-1964), identificando os principais dirigentes políticos e suas atuações políticas. Além disso, cabe ressaltar as crises instaladas dentro do PTB baiano, provocadas pelas divergências ideológicas e pelo modo de conduzir as alianças políticas com partidos que nem sempre convergiam com os princípios trabalhistas. Desse modo, as fontes jornalísticas e o diálogo com outras obras sobre o PTB, darão sustentação primordial para a análise desse campo da história política.

PALAVRAS-CHAVE: PTB. Trabalhismo. Bahia.

ABSTRACT: The present article seeks to analyze the trajectory of labor and the Brazilian Labor Party, the PTB as an important landmark in the conduct of a state policy, approximate the perspectives of labor laws and in the way of organizing the working class. This work also has as a motto to discuss the presence of the ideology and the labor party in the state of Bahia, pointing out the importance of the party in the context of the democratic experience (1945-1964), identifying the main political leaders and their political actions. In addition, it is worth highlighting the crises set up within the Bahian PTB, caused by ideological differences and the way of conducting political alliances with parties that did not always converge with labor principles. In this way, journalistic sources and dialogue with other works on the PTB, will give primordial support for the analysis of this field of political history.

KEYWORDS: PTB. Labor. Bahia.

Introdução

O presente artigo pretende fazer um balanço sobre a origem e atuação do Partido Trabalhista Brasileiro no período compreendido como a experiência democrática entre 1945 e 1965. De fato, há uma vasta análise sobre o PTB ao longo das últimas décadas,

todavia, reiterar mesmo que brevemente sobre este partido, consolida ainda mais as perspectivas empreendidas pela História Política.

Com efeito, iremos abordar as discussões historiográficas que se ocuparam das mais diversas interpretações e contextualizações em que se inseriu o PTB, a sua trajetória e postura política em alguns estados brasileiros. É importante ressaltar que os estudos sobre o partido permanecem com interesse atualmente, visto que foram produtos de teses de doutorado nos últimos anos. E por fim, traremos a discussão sobre o PTB para o estado da Bahia, local de atuação ainda pouco explorado. Traçaremos uma breve, mas abrangente narrativa sobre eleições, crises e comportamento político do PTB, delimitando introdução dos primeiros resultados de pesquisa que se encontra em andamento.

A gênese do PTB

O Partido Trabalhista Brasileiro surge em um contexto singular na história brasileira. Era um momento em que o país caminhava para a redemocratização após um longo período de domínio de Getúlio Vargas (1930-1945) no governo federal, passando por uma fase ditatorial entre 1937 e 1945. Mesmo antes do fim definitivo do Estado Novo, personalidades do campo trabalhista, com a anuência do seu prócer, já articulavam a possibilidade de criação de um partido com as características imanentes da gestão varguista, especialmente a continuidade e preservação da legislação trabalhista e do desenvolvimento nacional autônomo. Foi então, em maio de 1945, que o PTB organizou-se como partido “claramente a coroação de um longo e cuidadoso esforço de construção de uma ideologia trabalhista no Brasil, que mobilizara muitos recursos humanos, técnicos e financeiros, particularmente no ministérios do Trabalho, desde o ano de 1942” (GOMES, 2007, p. 53-81).

Sempre com o discurso do sucesso do trabalhismo, os políticos e militantes trabalhistas conseguiram com êxito se assentar entre as classes trabalhadoras através dos sindicatos, muitas vezes tendo que disputar espaço com o PCB e principalmente se utilizar da ênfase sobre o personagem político Getúlio Vargas.

No contexto de sua criação, outra agremiação partidária surgiu para o equilíbrio de forças no cenário de abertura política e de consolidação de uma hegemonia diante da classe trabalhadora: o Partido Social Democrático, PSD. Nesse sentido,

[...] o PSD e o PTB emergem como a solução pragmática possível num contexto em que as presenças de um significativo partido de oposição (a UDN), e de uma forte esquerda organizada (o Partido Comunista, PCB) forçava a tomada imediata de decisões políticas”. Ele não foi concebido exclusivamente para funcionar como um contrapeso à força crescente e surpreendente do Partido Comunista, nem foi imaginado *a posteriori* como alternativa eleitoral ao elitismo do PSD (GOMES, 2002, p. 02).

Não obstante, a proposta do partido trabalhista era estabelecer essa ponte com a massa trabalhadora e ser uma alternativa viável para ela. Com o sucesso da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) nos anos 1940 e de todo simbolismo que o trabalhismo estabelecia, o PTB ganhava força em alguns estados brasileiros, com presença nos sindicatos e nas disputas eleitorais estaduais. Muitos foram os estudos que

se debruçaram sobre o partido e suas principais características, tanto do ponto de vista nacional como regional. Veremos alguns desses.

O Partido Trabalhista Brasileiro: aproximações historiográficas

O antigo Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965) foi um dos mais estudados e pesquisados no Brasil por cientistas políticos, sociólogos e historiadores nos últimos quarenta anos. Sua trajetória e projeção em diversos estados do país, seu caráter político-ideológico, as divergências internas e o papel do partido na correlação de forças políticas, são temas tratados ao longo do tempo com o intuito de compreender, não só o partido, mas o complexo contexto histórico em que ele estava inserido. Destacaremos, na extensa produção acadêmica, alguns e algumas especialistas que puderam contribuir significativamente ao debate sobre o trabalhismo e esse tão importante partido brasileiro, o PTB.

Um dos trabalhos de relevância foi o da cientista política Maria Victória Benevides (1989) com seu livro *O PTB e o trabalhismo: partido e sindicato em São Paulo (1945-1964)*. Identificando as relações do PTB com os trabalhadores, as bases sindicais e com os dirigentes petebistas, a autora se propõe a uma indagação inicial de que até que ponto os trabalhadores se sentiam representados e identificados com o partido e sua influência sindical, tendo dentro dele representantes da burocracia estatal e do empresariado. Benevides esclarece que, em São Paulo, o partido eleitoralmente frágil, politicamente desarticulado e ideologicamente inconsistente. Assim, o PTB paulista se apresentava enquanto uma organização e representação política tradicional, elitista, do peleguismo. Um partido para os trabalhadores e não de trabalhadores, o que pode se verificar também em outros estados.

Os idos da década de 1980 foi muito fecundo na discussão e elaboração de teses sobre o PTB. Ângela de Castro Gomes, renomada estudiosa sobre o trabalhismo, juntamente com a cientista política Maria Celina D'Araújo conceberam o livro *Getulismo e Trabalhismo* (1989) no qual elege e delimita duas bases de análise: o estudo do PTB em um contexto histórico específico, que vai desde a sua criação em 1945 até 1954, quando Getúlio Vargas comete suicídio, e as relações entre o trabalhismo e o getulismo no período supracitado. Se por um lado durante o Estado Novo (1937-1945), getulismo e trabalhismo complementavam-se, isto é, ambos tinham como característica a associação à figura de Vargas, por outro, no período da consolidação democrática, esses dois perfis se separaram, sendo o trabalhismo apropriado por outras lideranças dentro do partido e o getulismo centrado no carisma e personalização do chefe político. Este último foi o “fardo” carregado pelo PTB, pois esta agremiação não conseguiu se transformar em uma força política capaz de superar o peso simbólico de Vargas após sua morte apesar do seu crescimento eleitoral. Além disso, o trabalhismo não se apresentava como um corpo doutrinário estruturado, abrindo espaço para a criação de outros partidos que levavam o nome do trabalhismo em suas legendas, como por exemplo, o Partido Trabalhista Nacional (PTN).

Aprofundando na busca por uma identidade partidária, a historiadora Lucilia de Almeida Neves Delgado (2011) discute em sua obra *PTB: do getulismo ao reformismo*

(1945-1964) sobre as continuidades e descontinuidades observadas dentro do partido. Havia, então, um conflito de ideias internas ou “dois PTB’s”: o primeiro era o PTB fisiológico ou pragmático getulista, no qual se destacava uma ala ligada ao carisma e personalidade de Vargas e a burocracia do Ministério do Trabalho, o que traduzindo seria a continuidade. A descontinuidade era a ala dos doutrinários-reformistas que viam como objetivo do partido a busca pela essência que era a ideologia trabalhista, o apelo a uma política de reformas sociais e uma maior desvinculação em relação ao aparelho de Estado. Esta ala reformista foi notabilizada depois da morte de Getúlio Vargas, a partir de 1964. Para Delgado, esses posicionamentos distintos tornou o PTB em um partido ambíguo, o que teria alimentado conflitos internos e acarretado em grandes dificuldades para o partido.

Os estudos empreendidos sobre o PTB fortaleceram neste início de século. Atualmente existem algumas produções a nível de tese doutorado sobre o partido e que nos permite conhecer melhor as suas atuações e características em outros estados fora do eixo Rio-São Paulo. Destacaremos duas teses: a primeira de Alessandro Batistella sobre o PTB no Paraná e a segunda da historiadora Marylu Alves de Oliveira sobre o PTB e o (s) trabalhismo (s) no estado do Piauí.

Batistella (2014) investigou o PTB paranaense se apropriando de duas perspectivas: analisar o partido tanto internamente quanto externamente. No plano interior, discutiu sobre a importância dos principais dirigentes na condução das políticas do partido e, principalmente, as correntes que se consolidaram dentro do partido, no âmbito do trabalhismo, do getulismo e também do aspecto fisiológico. No plano externo, verificou um crescimento eleitoral do PTB, mesmo sem este conseguir o governo do Paraná durante os anos de atuação, visto que isso vem na esteira da política de alianças com partidos distintos. O partido tornou-se uma importante força política e conquistar o seu apoio foi estrategicamente fundamental para todos os governadores do Paraná garantissem a maioria na Assembleia Legislativa, sendo cortejado por todos os governantes do estado. O caráter do PTB paranaense era de um partido híbrido e heterogêneo, fisiológico e reformista, de conservadores e progressistas, cujo principal amálgama partidário era o getulismo e a doutrina trabalhista, que era utilizada de maneiras distintas pelas diferentes frações do partido, o que se reflete flagrantemente no partido de outros estados brasileiros.

O Partido Trabalhista Brasileiro e o trabalhismo no Piauí, analisado por Marylu Oliveira (2016), se assenta na disputa de dois projetos trabalhistas: o trabalhismo oficial, do governador petebista Chagas Rodrigues, e o trabalhismo cristão, da Igreja Católica e do arcebispo Dom Avelar Brandão Vilela. O primeiro, apoiado pelo PTB e seu governador, era a proposta do desenvolvimento social, do assistencialismo e da reforma agrária, ou seja, totalmente ligada às determinações do partido a nível nacional. O segundo trabalhismo, sem nenhum compromisso partidário, visava se aproximar dos trabalhadores pobres em busca de melhorias consideráveis. Entre resistências da cultura política partidária do Piauí, o trabalhismo cristão foi o que mais se aproximou do trabalhadores por justamente conter o apelo religioso. Contudo, essas duas perspectivas Os dois projetos acabaram por se colocar contra a *cultura política partidária* tradicional existente e tiveram forte resistência para a sua execução,

fracassando, assim, as duas propostas *trabalhistas*. Um pela não ressonância social, no caso da oficial, a outra, apesar de articular um número de trabalhadores em razão da importância cultural da fé católica, não resistiu ao estado de exceção que se impôs ao País a partir de 1964.

Esta última análise, em especial, sobre o PTB no Piauí, nos serve de parâmetro para compreender as atividades e presença marcante do partido em estados nordestinos que antes não eram foco de atenção pelos estudos empreendidos neste campo. Com efeito, traremos aqui as primeiras observações sobre a trajetória do PTB na Bahia no tempo da experiência democrática entre 1945 a 1965.

A trajetória do PTB na Bahia: primeiras leituras

O Partido Trabalhista Brasileiro, seção da Bahia, surgiu no primeiro semestre de 1945, seguindo o rito de fundações partidárias, mesmo antes do decreto-lei nº 7.586 de 28 de maio de 1945, no qual regulamentava a criação de partidos nacionais. Não se sabe ao certo a data específica da fundação do PTB baiano, pois inexistente um arquivo oficial do partido¹, o que certamente iria possibilitar essa informação. Em que pese esse fato, podemos notar que as atividades dos militantes trabalhistas já poderiam ser verificadas em meados de maio, como se percebe na publicação do periódico da capital *A Tarde*:

Com a presença de grande número de elementos da classe trabalhista, reuniu-se, mais uma vez, o Partido Trabalhista da Bahia, onde ontem à noite, em sua sede provisória, num ambiente de franca harmonia, tendo sido ventilados vários assuntos, principalmente sobre a economia interna do partido [...]. Também foram tomadas várias deliberações de ordem administrativa e sobre a divulgação do programa do Partido em todo território nacional. (Partido Trabalhista..., 1945, p. 2)

O cenário era de constante efervescência política. Os partidos políticos se organizavam com seus programas e atraindo adeptos para a consolidação de seus distintos projetos. Era um momento decisivo, pois estava marcada eleições presidenciais para o dia 2 de dezembro de 1945, assim como para a Assembleia Nacional Constituinte. A deposição de Vargas em outubro não fez com que essa expectativa ficasse abalada, mesmo porque o ditador deposto ainda tinha muita força no meio sindical e influenciava diretamente o meio político partidário. Vargas reivindicou o nome do General Eurico Gaspar Dutra para presidente, candidato pelo PSD que derrotou o candidato favorito ao pleito, o brigadeiro Eduardo Gomes, da UDN. Na Bahia havia 430.623 eleitores, destes 186.747 votaram no Gal. Dutra e outros 144.564 em Eduardo Gomes, além do candidato que corria por fora, Iêdo Fiúza, do PCB, que obteve 22.059. No que se refere a Assembleia Constituinte, foram eleitos dois senadores baianos, o professor Aloísio de Carvalho Filho (UDN) e Renato Onofre Pinto Aleixo (PSD), ex-interventor baiano. Para a Câmara Federal, a UDN elegeu 12 deputados, o PSD, 9 e o PTB e o PCB elegeram um único candidato, Getúlio Vargas, que posteriormente recusou, assumindo Luís Lago de Araújo e Carlos Marighella, respectivamente.

¹ Esse questionamento foi levantado no trabalho da historiadora Maria Victória Benevides (1989), quando pesquisou sobre o PTB paulista. Ainda, quando iniciada essa pesquisa, não conseguimos obter informações do passado do partido na sede do diretório estadual, localizado em Salvador.

Diferentemente das eleições presidenciais, em que Vargas e o PTB estiveram ao lado da candidatura do pessedista Dutra, os petebistas baianos seguiram o caminho sozinhos nas eleições para governador e deputados estaduais constituintes em 1947. Desse modo, não se aproximou do PSD, aliança que se tornaria histórica entre os dois partidos, e lançou o candidato Antônio Garcia de Medeiros Neto, antigo político severinista² dos anos 1920 e uma das referências políticas durante o Estado Novo. Medeiros Neto era o presidente do diretório estadual e uma das principais lideranças do partido no Estado, ao lado de outro influente político, o ex-interventor Landulfo Alves. A tarefa não era fácil. O PTB baiano teria que confrontar com a Coligação Democrática Autonomista que reunia os dois partidos principais, UDN-PSD e tinha o apoio de partidos menores, o PR e PRP dos ex-integralistas. Ainda contava com o apoio do PCB que nutria uma animosidade ao trabalhismo varguista e ao PTB. A escolha da maioria dos baianos foi pelo candidato udenista e da ala autonomista baiana³, Otávio Mangabeira.

O PTB baiano saiu como grande derrotado nas urnas por justamente não reivindicar as alianças políticas que tanto poderiam dar uma projeção significativa para este partido. O ideário trabalhista e o apelo a liderança de Getúlio Vargas que permeava os discursos de Medeiros Neto e dos candidatos a deputado, não se converteram em votos como imaginavam. Foram eleitos 60 deputados estaduais com função constituinte; a UDN com sua bancada de 27, o PSD de 20 e o PTB, 7 (TAVARES, 2001, p. 456) o PCB, o PR e o PRP ficaram com o restante.

Na análise do historiador Edinaldo Antônio Oliveira Souza, que pesquisou sobre o sindicalismo e luta por direitos na Bahia pós-redemocratização, é possível traçar um perfil da composição de candidatos desse partido em que, basicamente pouco ou nada, remete a uma postura de viés trabalhista ou ligação direta com as bases. Ou seja, dirigentes e candidatos a deputados estaduais “não se notabilizaram por uma identificação com causas populares e trabalhistas” (SOUZA, 2015, p. 145). Contudo, desse sete deputados eleitos “alguns possuíam identificação efetiva com o movimento sindical e com o trabalhismo, a exemplo de Joel Presídio, jornalista, tinha influência entre os ferroviários baianos.” (SOUZA, 2015, p. 148). Podemos dizer que o PTB baiano era bastante heterogêneo, pois congregava profissionais liberais, fazendeiros, empresários e aqueles que tinham envolvimento direto com o sindicalismo, este último a razão de existir da organização partidária.

Com efeito, o PTB baiano se apresentava como uma terceira força no campo político nessa primeira fase da redemocratização, ficando atrás do PSD e da UDN. Entretanto, havia uma ligeira vantagem dos trabalhistas nas disputas eleitorais no meio sindical e proletário, ainda que disputasse esse território com PCB. Os petebistas deveriam, então, se rearticular para consolidar sua posição na Assembleia Legislativa, mesmo com um número inferior ao dos demais partidos e visar as próximas eleições.

² Esse termo designa aquele que seguia a corrente política liderada por Severino dos Santos Vieira (1849-1917) ex-presidente do Estado da Bahia que governou entre 1900 e 1904. Utilizava-se do periódico *Diário da Bahia* para difundir e fortalecer a sua corrente política que tinha como rival o seu antecessor Luís Viana. Ver.: www.cpdoc.fgv.br. Acesso no dia 25 de abril de 2019.

³ Sobre o grupo Concentração Autonomista Baiana, criado pela elite baiana em 1930, contra Getúlio Vargas, ver: SILVA (2000).

Contudo, o PTB baiano vivia um conflito interno com seus eminentes dirigentes. Essas divergências intrapartidária se originou ainda no ano de 1947, em meio a posicionamentos de apoio político que se conflitavam. Assim o jornal da capital do Brasil, *Diário Carioca*, noticiou:

Reina divergência no seio do PTB baiano. Na reunião conjunta da Comissão Executiva local e a bancada ocorreu um atrito entre o deputado Joel Presídio e o presidente e o secretário geral do partido. Aquele parlamentar reagiu contra as afirmativas de ambos, não mais se sujeitando a orientação política do senador Getúlio Vargas e da Comissão Executiva do PTB. Sabe-se que diferentes petebistas baianos mantêm entendimentos com o governador Otavio Mangabeira, que vem sofrendo críticas do sr. Joel Presídio na Assembleia. (Divergência..., 1947, p. 3)

Getúlio Vargas se elegeu senador da república e continuava a influenciar diretamente os partidos que ajudou a construir em 1945. O getulismo era uma das características fundantes do Partido Trabalhista Brasileiro, pois era com esse personalismo de Vargas, imposto durante o longo período em que foi um expressivo estadista, que setores do partido se identificavam. Havia, portanto, no PTB baiano membros significativos que flertavam com o governo de oposição, a UDN, que venceu as eleições para o governo do Estado. Seria a ambivalência a marca dessa agremiação na Bahia durante toda sua trajetória? Se de fato for isso, não destoaria nesse aspecto do perfil do PTB nacional, que mantinha uma forte ligação com o PSD e cortejava a UDN.

A Bahia vivenciava um momento de dificuldades sociais e econômicas nesse período. Havia carestia de vida significativa e um fluxo migratório de famílias vindas do interior do estado para a capital era muito considerável. Na questão econômica, “a economia baiana mais atuante era a do cacau. Ela fornecia porém ‘mais divisas ao país’ do que à Bahia, dependia do mercado externo e sofria com a legislação tributária federal” (TAVARES, 2001, p. 460-461).

Mangabeira não superou totalmente essa crise. Além disso, ao final da sua gestão, sua imagem já estava desgastada entre os comunistas que estiveram com ele durante a campanha, principalmente por causa do empastelamento do jornal *O Momento* e da repressão policial à manifestação do PCB contra sua ilegalidade. Dessa forma, “os desgastes da coligação que elegeu o governador Otávio Mangabeira eram evidentes nos primeiros meses de 1950” (TAVARES, 2001, p. 464). Era o momento para que o PTB pudesse se aliar a esse conjunto de partidos que ajudaram o velho autonomista a ganhar as eleições de 1947. O cenário era propício pelo fato da candidatura de Vargas à presidência. Mesmo Getúlio Vargas se apresentando como o candidato do povo e desvinculava sua imagem do PTB e de qualquer outro seguimento, os petebistas sabiam da importância dele para angariar votos e crescer em representação parlamentar, no estado da Bahia com também no Congresso Nacional.

Setores do PTB baiano divergiam em relação a candidatura própria ao governo do Estado ou o apoio a outra legenda. Como nos lembra Souza,

O PTB não estava unido. Enquanto a executiva estadual preconizava uma aliança com o PSD, uma ala petebista e getulista de primeira hora, liderada pelo deputado estadual Inácio de Souza, defendia uma candidatura própria ao governo do Estado e o apoio irrestrito a Getúlio Vargas para Presidência da

República. O partido de Getúlio era cortejado tanto pelo PSD quanto por Juracy Magalhães. Alguns políticos petebistas, sobretudo no interior do estado, inclinavam-se pelo apoio a Juracy. As démarches nas hostes petebistas resultaram na expulsão de Inácio Dias (que integrou a legenda do PR e apoiou Juracy) pela executiva estadual e na adesão do partido à candidatura de Lauro de Freitas. (Manifesto..., 1950, p. 1)

Juracy Magalhães foi o homem de confiança de Vargas depois da Revolução de 1930, assumindo o posto de interventor federal na Bahia. No estado, ele pertencia ao grupo udenista, o que gerava uma desconfiança por parte de membros do PTB baiano em apoiá-lo. Essa aparente desunião do partido, por outro lado, vinha na esteira de uma valiosa política de conciliação com o PSD, que já ocorria em âmbito nacional com a candidatura de Vargas a presidência, mas que se iniciava na Bahia. Nesse sentido, os petebistas baianos optaram apoiar a candidatura do pessedista Lauro Farani de Freitas, engenheiro e diretor da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro; em contrapartida houve a indicação para o Senado do presidente do PTB Landulfo Alves. A aliança PTB-PSD se consolidou de fato com a passagem de Getúlio Vargas pela Bahia, quando:

Em visita eleitoral à Bahia, o candidato à Presidência da República pelo PTB, em aliança com o PSP, Getúlio Vargas, recomendou Lauro Farani em comício realizado na praça da Sé em 30 de agosto, altura em que já era conhecida a definição dos pessedistas baianos pela candidatura do ex-ditador, com o que abandonaram abertamente o candidato oficial do presidente Dutra e do PSD à Presidência da República, o político mineiro Cristiano Machado. (TAVARES, 2001, p.465)

O getulismo, como sabemos, era muito mais forte do que as decisões intrapartidárias para escolha de candidatos. O PTB baiano, dessa vez, não teria um candidato próprio, tampouco estaria encabeçando a chapa para o governo. Na verdade, assim como nos revela em outros estados, o Partido Trabalhista Brasileiro tinha uma característica de composição de alianças com partidos que gozavam de maior alcance eleitoral, como no caso do PSD, do que propriamente uma liderança sobrepujante.

O otimismo era evidente na militância petebista e no meio sindical. Vargas foi eleito em 1950. O trabalhismo estava em crescimento, além de fortalecer o nacionalismo. Na Bahia, a coligação PSD-PTB venceu o adversário udenista, Juracy Magalhães. Esta aliança, bem como a eleição de Vargas, refletiu positivamente na configuração da bancada petebista baiana no Congresso Nacional, elegendo quatro deputados federais e um senador, presidente do diretório estadual Landulfo Alves. O PTB iria governar junto com Régis Pacheco⁴ que, segundo a avaliação do Cientista Social Antônio Guimarães, seu governo “é marcado principalmente pela desarticulação da liderança do governo do Estado na condução dos interesses regionais” (GUIMARÃES, 1982, p. 110), tendo como resultado um crise de representação que refletiu diretamente no posicionamento dos petebistas em continuar a apoiar o governador pessedista, logo no início de seu mandato. Isso se deveu a um fator específico, como podemos depreender na notícia abaixo:

A crise gerada, há dias, no seio da coligação interpartidária baiana, em virtude da eleição do trabalhista Lima Teixeira para presidente da Assembleia Estadual, foi, ontem, objeto de conversações entre o sr. Getúlio Vargas e o ministro do

⁴ Lauro Farani de Freitas faleceu em um desastre aéreo um mês antes das eleições, sendo substituído por Régis Pacheco, médico e deputado federal.

Trabalho. O sr. Danton Coelho esteve, de manhã, despachando com o presidente da República e trouxe do Rio Negro instruções específicas sobre o assunto. O sr. Getúlio Vargas quer a recomposição do acordo entre os partidos que elegeram o atual governador da Bahia (...). Como se sabe, o sr. Lima Teixeira foi eleito pelo PTB local com margem de apenas três votos sobre o seu concorrente à presidência da Câmara baiana, o sr. Carvalho Sá, que apresentava como candidato governista. Estava implicitamente desfeita a coligação partidária, no Estado (...) (A CRISE...1951, p.1).

Essa crise interpartidária também se revelou uma crise dentro do próprio partido. Fazia-se ataques entre as lideranças, “como o caso do deputado federal Joel Presídio sobre o senador e presidente do diretório estadual Landulfo Alves” (AINDA A CRISE..., 1951, p. 1). Tais desentendimentos e conseqüentemente uma crise indisfarçável, acabava por desestabilizar o partido baiano nos anos 1950.

O PTB sofreu um duro golpe em agosto de 1954 com o suicídio de Getúlio Vargas, “que não só desorientava seus eleitores (que perdiam sua principal referência simbólica), como também seus membros e lideranças (GOMES, 2007, p. 72). Naquele momento de abatimento por parte da militância petebista, se tornou a ocasião para fortalecer ainda mais a memória getulista como o grande mobilizador das massas trabalhadoras e ser utilizada para atender aos interesses eleitorais do partido. Foi dessa forma que o advogado, antigo deputado federal e ex-Ministro da Educação Antônio Balbino de Carvalho Filho se apresentou como candidato a governador da Bahia em 1954, utilizando em sua campanha cartazes nos quais aparecia abraçado com o presidente Vargas, falecido meses antes. Pertencendo às fileiras do PSD desde o início da redemocratização, Balbino rompe com esse partido e se junta ao PTB, tendo como partido coligado a UDN, agremiação adversária em âmbito nacional. Essas dissidências dentro dos partidos para compor coligações e, no caso específico do PTB baiano, com partido de “oposição”, a princípio demonstra o aspecto fisiológico do partido. Seu governo ficou marcado pelo desenvolvimento econômico e urbanístico, além de uma aproximação as obras sociais. A condução governamental do estado pelas hostes petebistas, merece uma análise mais detalhada e cuidadosa nessa pesquisa. Ademais, pela primeira e única vez, o partido consegue chegar no governo do estado.

Não obstante, o PTB da Bahia seguiria com os udenistas nas últimas duas eleições, antes do golpe civil-militar de 1964. Na primeira em 1958, foi eleito Juraci Magalhães que apoiou o candidato do PTB Rômulo Almeida, ex-secretário da Fazenda do governo Balbino para eleições suplementares de 1959 à vice-governadoria. Já em 1962, a aliança UDN-PTB se estabelece em apoio ao ex-prefeito de Jequié Antônio Lomanto Jr, candidato pelo partido dos autonomistas, o Partido Libertador (PL). Este último sinalizou em seu governo medidas que estavam em sintonia com as decisões do presidente petebista João Goulart, a saber a Reforma Agrária. Dessa forma, segundo Tavares (2001, p. 474), “o governador desapropriou fazendas no município de Candeias para a instalação do núcleo colonial Landulfo Alves. Seria o começo da reforma agrária na Bahia”. Mesmo conjugando legendas mais conservadoras, o governador teria que conviver com esse dilema, pois “engendrava desde o início o paradoxo de incluir em sua chapa o PTB baiano, partido que, conquanto fosse hegemônico na Bahia por sua ala menos ‘progressista’, era também o partido do primeiro mandatário da República” (FERREIRA, 2004, p. 101).

Com a ascensão dos militares ao poder em março/abril de 1964, iniciou um processo de perseguição e cassação de mandatos políticos. Diversas agremiações progressistas tiveram seus parlamentares impossibilitados de continuar com seus mandatos. No PTB baiano, por exemplo, aconteceu isso com o deputado federal Fernando Santana. O AI-2 viria então como um desfecho autoritário, sepultando o pluripartidarismo no país e instituindo um longo período de bipartidarismo, o MDB e a ARENA, oposição consentida e partido dos militares, respectivamente.

Conclusão

Com efeito, pudemos apresentar de maneira sucinta qual era o caráter do Partido Trabalhista Brasileiro em âmbito nacional e regional, com ênfase na Bahia. Um partido que se mostrava heterogêneo na composição das ideias, mas fincava suas forças no movimento trabalhista, nos sindicatos, na classe trabalhadora. Essa era especialmente a razão de existir do partido. Na Bahia, nestas primeiras observações, percebemos esse conflito entre lideranças dentro do partido e as coalizões com outras agremiações no intuito de construir uma hegemonia dentro do espectro eleitoral e de poder no estado. Apreciar essas nuances em território baiano pode abranger ainda mais o horizonte historiográfico sobre o PTB e suas peculiaridades regionais, confirmando a emergência de sua atuação fora do eixo Centro-Sul do país.

Referências

A CRISE NA COLIGAÇÃO BAIANA: démarches para a recomposição do diretório estadual do PTB”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 1, 13 de abril de 1951.

AINDA A CRISE NO PTB DA BAHIA: acusações ao senador Landolfo Alves. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 1, 9 de setembro de 1953.

BATISTELLA, Alessandro. *O Partido Trabalhista Brasileiro no Paraná (1945-1964)*. Tese (Doutorado em História). UFRGS, Porto Alegre, 2014.

BENEVIDES, Maria Victória. *O PTB e o trabalhismo: partido e sindicato em São Paulo (1945-1964)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: LTr, 2011.

DIVERGÊNCIA no PTB da Baía. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, p. 3, 01 de junho de 1947.

FERREIRA, Muniz Gonçalves. O Golpe de Estado de 1964 na Bahia. *Clio Revista de Pesquisa Histórica*. Recife, v. 22, n° 1, p. 85-101, jan/jun. 2004.

GOMES, Ângela de Castro. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical, 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 53-81.

GOMES, Ângela de Castro; D'ARAÚJO, Maria Celina. *Getulismo e trabalhismo*. São Paulo: Ática, 1989.

_____. *Uma breve história do PTB*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2002. Trabalho apresentado na Palestra no I Curso de Formação e Capacitação Política, realizado na Sede do PTB. São Paulo, 13.jul.2002.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Formação e crise da hegemonia burguesa na Bahia (1930-1964)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) UFBA, Salvador, 1982.

MANIFESTO do deputado Inácio Souza. *Diário de Notícias*, Salvador, p. 1, 6 ago. 1950.

OLIVEIRA, Marylu Alves. *Da terra ao céu: culturas políticas e disputas entre o trabalhismo oficial e o trabalhismo cristão no Piauí (1945-1964)*. Tese (Doutorado em História). UFC, Fortaleza, 2016.

PARTIDO Trabalhista Bahiano. *A Tarde*, Salvador, p. 2, 23 de maio de 1945.

SOUZA, Edinaldo Antônio Oliveira. *Trabalho, política e cidadania: trabalhadores, sindicatos e luta por direitos (Bahia, 1945-1950)*. Tese (Doutorado em História). UFBA, Salvador, 2015.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. Edufba/Unesp. 10ª ed. Salvador, 2001.